

## Habitação de interesse social e processos participativos

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina (PQ) e Yumi Higashi Neder (IC).

### Resumo

As investidas públicas em grandes empreendimentos habitacionais potencializaram o caos urbano vivido nas cidades contemporâneas, produzindo massivamente arquitetura ausente de identidade, tecnicamente desqualificada e desconectada com o entorno pré-existente. Algumas experiências demonstram que a participação do usuário no processo de projeto favorece a vinculação deste com o espaço construído. Dessa forma, este estudo pretende levantar e analisar estratégias participativas realizadas no atual cenário da produção de habitação de interesse social no Brasil.

*Palavras Chave: processos participativos, habitação de interesse social, metodologia.*

### Introdução

A história da habitação de interesse social no Brasil acumula mais erros do que acertos, ora produzindo espaços para uma vida padronizada e alienada, ora surpreendendo no desenho e na ação política em prol de uma organização urbana mais democrática e participativa. Frente ao imenso déficit de moradia, que vem se arrastando por mais de um século, a atual política habitacional, o Minha Casa Minha Vida optou, como as políticas anteriores<sup>1</sup>, por vincular interesses econômicos e sociais, arranjo este que, contraditoriamente, aquece a economia, mas aumenta a especulação imobiliária<sup>2</sup>, construindo massivamente empreendimentos habitacionais incompatíveis com as necessidades dos moradores e urbanisticamente insalubres, pela ausência de coesão à malha existente. Algumas iniciativas reagem a esta dinâmica, inserindo os usuários diretamente no processo de projeto do habitat, na expectativa de que a participação legítima é capaz de delinear espaços públicos e privados mais adequados a cada realidade, contribuindo para melhor apropriação do território, bem como para o fortalecimento das relações comunitárias.

### Resultados e Discussão

Foram estudadas duas experiências de projetos participativos de habitação de interesse social de três diferentes organizações de trabalho: um coletivo autogestionário de arquitetura, uma organização não governamental e um escritório privado. Através de entrevistas e análise de bibliografia e documentações foi possível compreender como e em que condições um projeto participativo é bem sucedido, no que se refere ao envolvimento do usuário no processo e na apropriação do espaço construído resultante. O coletivo autogestionário sobressai pelo engajamento político que embasa sua prática

arquitetônica e urbanística, focada no processo participativo enquanto metodologia e no desenvolvimento de novas tecnologias construtivas para possibilitar o mutirão. A organização não governamental realiza projetos com diferentes níveis de participação, possui estratégias participativas, mas não as condensou em uma metodologia. O escritório privado realiza planos diretores participativos. Não apresenta uma metodologia organizada devido à própria abordagem teórica de trabalho com grupos. Todas as organizações de trabalho seguem cientes e críticos sobre a limitação da participação do usuário imposta pela burocracia do financiamento público e em como o discurso participativo pende entre demagogia para o controle e empoderamento para a transformação. A forma como cada um dos participantes reage a esta dicotomia é decisivo no processo participativo: quanto mais resistência e questionamento a lógica vigente, mais bem sucedidas foram as experiências. E quanto mais incorporados ao processo de projeto, mais transformadoras foram as vivências.

### Conclusões

As estratégias participativas assumem diferentes contornos, porém, a efetividade é condicionada pela estrutura político-econômica que a circunda e financia. O substrato metodológico contribui, mas é definido em sua origem de acordo com o tipo de lógica em que opera.

### Agradecimentos

Agradeço à minha família, à minha orientadora ao SAE e CNPq pelo fomento à pesquisa realizada.

<sup>1</sup> Azevedo, S. ; Andrade, L. A. G. de . Habitação e poder - da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação. Zahar Editores, 1982.

<sup>2</sup> Bonduki, N. G. . Origens de Habitação Social No Brasil. 1. ed. SAO PAULO: ESTACAO LIBERDADE, 1998. v. 1.344 p.